



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO
SETOR TÉCNICO - CRPV

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO

Processo Administrativo nº 60093.000102/2022-89

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais de insumo para Aeronave Remotamente Pilotada - ARP, para o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, do Centro de Coordenação Geral em Brasília e dos Centro Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nesse instrumento:

GRUPO 1 - Brasília/DF

GRUPO 1	Item	Descrição	Identificação CATMAT	Unidade	Quantidade total	Valor Unitário	Valor Total
	01	BATERIA RECARREGÁVEL DE POLÍMERO DE ÍON DE LÍTIO, MODELO TB55, 7660mAh, 22,8Vcc, TENSÃO MÁXIMA DE CARGA 26,1V, CAPACIDADE NOMINAL 7660mAh, 174,6Wh, TENSÃO NOMINAL 22,8V.	467604	UND	08	R\$ 2.428,09	R\$ 19.424,72
	02	BATERIA RECARREGÁVEL DE POLÍMERO DE ÍON DE LÍTIO, MODELO WB37, 4920mAh, 7,6Vcc, TENSÃO MÁXIMA DE CARGA 8,7V, CAPACIDADE NOMINAL 4920mAh, 37,39Wh.	601488	UND	04	R\$ 1.670,36	R\$ 6.681,44
	03	DJI ESTAÇÃO DE BATERIA PARA CARREGAMENTO DE QUATRO BATERIAS, MODELO TB55, SIMULTANEAMENTE, CONTENDO: FONTE MODELO IN2C180, INPUT 100-240V~ 2,5A 50-60HZ, OUTPUT-1 26,1VCC 0-5,0A 130,5W ,OUTPUT-2 26,1Vcc 0-6,9A 180W E CHARGING HUB MODELO IN2CH, INPUT 26,1Vcc 6,9A, PESO 253g, TEMPO DE CARREGAMENTO (DUAS BATERIAS) 90 MINUTOS, TEMPO DE CARREGAMENTO (QUATRO BATERIAS) 180 MINUTOS.	601732	UND	02	R\$ 3.597,30	R\$ 7.194,60
VALOR TOTAL - GRUPO 1							R\$ 33.300,76

GRUPO 2 - Porto Velho/RO

GRUPO 2	Item	Descrição	Identificação CATMAT	Unidade	Quantidade total	Valor Unitário	Valor Total
	04	BATERIA RECARREGÁVEL DE POLÍMERO DE ÍON DE LÍTIO, MODELO TB55, 7660mAh, 22,8Vcc, TENSÃO MÁXIMA DE CARGA 26,1V, CAPACIDADE NOMINAL 7660mAh, 174,6Wh, TENSÃO NOMINAL 22,8V.	467604	UND	10	R\$ 2.428,09	R\$ 24.280,90
	05	BATERIA RECARREGÁVEL DE POLÍMERO DE ÍON DE LÍTIO, MODELO WB37, 4920mAh, 7,6Vcc, TENSÃO MÁXIMA DE	601488	UND	04	R\$ 1.670,36	R\$ 6.681,44

25/01/2024, 09:37		SEI/MD - 6780508 - TI - Termo de Referência/Projeto Básico TR-PB					
		CARGA 8,7V, CAPACIDADE NOMINAL 4920mAh, 37,39Wh.					
	06	DJI ESTAÇÃO DE BATERIA PARA CARREGAMENTO DE QUATRO BATERIAS, MODELO TB55, SIMULTANEAMENTE, CONTENDO: FONTE MODELO IN2C180, INPUT 100-240V~ 2,5A 50-60HZ, OUTPUT-1 26,1VCC 0-5,0A 130,5W ,OUTPUT-2 26,1Vcc 0-6,9A 180W E CHARGING HUB MODELO IN2CH, INPUT 26,1Vcc 6,9A, PESO 253g, TEMPO DE CARREGAMENTO (DUAS BATERIAS) 90 MINUTOS, TEMPO DE CARREGAMENTO (QUATRO BATERIAS) 180 MINUTOS.	601732	UND	02	R\$ 3.597,30	R\$ 7.194,60
	VALOR TOTAL - GRUPO 2						R\$ 38.156,94

GRUPO 3 - Manaus/AM

GRUPO 3	Item	Descrição	Identificação CATMAT	Unidade	Quantidade total	Valor Unitário	Valor Total
	07	BATERIA RECARREGÁVEL DE POLÍMERO DE ÍON DE LÍTIO, MODELO TB55, 7660mAh, 22,8Vcc, TENSÃO MÁXIMA DE CARGA 26,1V, CAPACIDADE NOMINAL 7660mAh, 174,6Wh, TENSÃO NOMINAL 22,8V.	467604	UND	08	R\$ 2.428,09	R\$ 19.424,72
	08	BATERIA RECARREGÁVEL DE POLÍMERO DE ÍON DE LÍTIO, MODELO WB37, 4920mAh, 7,6Vcc, TENSÃO MÁXIMA DE CARGA 8,7V, CAPACIDADE NOMINAL 4920mAh, 37,39Wh.	601488	UND	08	R\$ 1.670,36	R\$ 13.362,88
	09	DJI ESTAÇÃO DE BATERIA PARA CARREGAMENTO DE QUATRO BATERIAS, MODELO TB55, SIMULTANEAMENTE, CONTENDO: FONTE MODELO IN2C180, INPUT 100-240V~ 2,5A 50-60HZ, OUTPUT-1 26,1VCC 0-5,0A 130,5W ,OUTPUT-2 26,1Vcc 0-6,9A 180W E CHARGING HUB MODELO IN2CH, INPUT 26,1Vcc 6,9A, PESO 253g, TEMPO DE CARREGAMENTO (DUAS BATERIAS) 90 MINUTOS, TEMPO DE CARREGAMENTO (QUATRO BATERIAS) 180 MINUTOS.	601732	UND	02	R\$ 3.597,30	R\$ 7.194,60
	10	MOTOR MATRICE 200 SERIES 3515 M200 M210 M200 V2 M210 M210RTK.	601757	UND	08	R\$ 1.640,00	R\$ 13.120,00
	11	HÉLICES (kit com 2 unidades) MODELO 1760S, DIÂMETRO 4,7", PESO 2,5g.	467605	UND	08	R\$ 744,13	R\$ 5.953,04
	12	BATERIA DE POLÍMERO DE ÍON DE LÍTIO, MODELO FB2, 3850mAh, 15,4V, 59,29W, peso 290g.	601564	UND	02	R\$ 1.438,00	R\$ 2.876,00
	13	BATERIA RECARREGÁVEL PH3-4480MAH-15,2V.	460792	UND	03	R\$ 2.269,70	R\$ 6.809,10
	VALOR TOTAL - GRUPO 3						R\$ 68.740,34

GRUPO 4 - Belém/PA

GRUPO 4	Item	Descrição	Identificação CATMAT	Unidade	Quantidade total	Valor Unitário	Valor Total

14	BATERIA RECARREGÁVEL DE POLÍMERO DE ÍON DE LÍTIO, MODELO TB55, 7660mAh, 22,8Vcc, TENSÃO MÁXIMA DE CARGA 26,1V, CAPACIDADE NOMINAL 7660mAh, 174,6Wh, TENSÃO NOMINAL 22,8V.	467604	UND	06	R\$ 2.428,09	R\$ 14.568,54
15	BATERIA RECARREGÁVEL DE POLÍMERO DE ÍON DE LÍTIO, MODELO WB37, 4920mAh, 7,6Vcc, TENSÃO MÁXIMA DE CARGA 8,7V, CAPACIDADE NOMINAL 4920mAh, 37,39Wh.	601488	UND	03	R\$ 1.670,36	R\$ 5.011,08
16	DJI ESTAÇÃO DE BATERIA PARA CARREGAMENTO DE QUATRO BATERIAS, MODELO TB55, SIMULTANEAMENTE, CONTENDO: FONTE MODELO IN2C180, INPUT 100-240V~ 2,5A 50-60HZ, OUTPUT-1 26,1VCC 0-5,0A 130,5W ,OUTPUT-2 26,1Vcc 0-6,9A 180W E CHARGING HUB MODELO IN2CH, INPUT 26,1Vcc 6,9A, PESO 253g, TEMPO DE CARREGAMENTO (DUAS BATERIAS) 90 MINUTOS, TEMPO DE CARREGAMENTO (QUATRO BATERIAS) 180 MINUTOS.	601732	UND	02	R\$ 3.597,30	R\$ 7.194,60
17	BATERIA RECARREGÁVEL PH3-4480MAH-15,2V.	460792	UND	05	R\$ 2.269,70	R\$ 11.348,50
18	BATERIA RECARREGÁVEL, MODELO DJ03, ÍON DE LÍTIO, CAPACIDADE 2600mAh 3,6V, TENSÃO MÁXIMA 4,2V, PARA CONTROLE REMOTO MODELO GL358WA.	601489	UND	03	R\$ 304,25	R\$ 912,75
19	BATERIA RECARREGÁVEL MODELO PH4 5870mAh 15,2V.	601490	UND	05	R\$ 2.135,81	R\$ 10.679,05
20	BATERIA RECARREGÁVEL MODELO LC 1650120 2S1P, 7,4V, 6000mAh, 44,4Wh, LIPO 2S, PARA CONTROLE REMOTO PHANTOM.	601565	UND	03	R\$ 1.713,73	R\$ 5.141,19
21	MOTOR MATRICE 200 SERIES 3515 M200 M210 M200 V2 M210 M210RTK.	601757	UND	03	R\$ 1.640,00	R\$ 4.920,00
22	HÉLICES (kit com 2 unidades) MODELO 1760S, DIÂMETRO 4,7", PESO 2,5g.	467605	UND	06	R\$ 744,13	R\$ 4.464,78
23	TREM DE POUSO MATRICE 200 SERIES V2.	603543	UND	03	R\$ 128,77	R\$ 386,31
24	HÉLICES MODELO 9450, (KIT COM 4, SENDO 2 x CW 9450 e 2 x CCW 9450), COMPRIMENTO 9,4", PASSO DO PARAFUSO 5", DIÂMETRO DO FURO CENTRAL 8mm, COR BRANCA, PESO LÍQUIDO 24g.	467605	UND	02	R\$ 128,99	R\$ 257,98
25	SUPORTE PARA CONTROLE REMOTO COMPATÍVEL COM O CONTROLE REMOTO DO DRONE DJI PHANTOM 3 STANDARD COMPATÍVEL COM CELULARES COM TAMANHO DE TELA ENTRE 6,1 E 10CM.	605495	UND	02	R\$ 498,89	R\$ 997,78

	26	HÉLICES MODELO 9455S, ALTURA 20mm, COMPRIMENTO 240mm, LARGURA 30mm, COR BRANCA.	467605	UND	02	R\$ 228,52	R\$ 457,04
VALOR TOTAL - GRUPO 4							R\$ 66.339,60

GRUPO 5 - Belém/PA

	Item	Descrição	Identificação CATMAT	Unidade	Quantidade total	Valor Unitário	Valor Total
GRUPO 5	27	Idem ao Item 14 – Cota reservada para ME/EPP em 25%	467604	UND	02	R\$ 2.428,09	R\$ 4.856,18
	28	Idem ao Item 15 – Cota reservada para ME/EPP em 25%	601488	UND	01	R\$ 1.670,36	R\$ 1.670,36
	29	Idem ao Item 17 – Cota reservada para ME/EPP em 16,67%	460792	UND	01	R\$ 2.269,70	R\$ 2.269,70
	30	Idem ao Item 19 – Cota reservada para ME/EPP em 16,67%	601490	UND	01	R\$ 2.135,81	R\$ 2.135,81
	31	Idem ao Item 21 – Cota reservada para ME/EPP em 25%	601757	UND	01	R\$ 1.640,00	R\$ 1.640,00
	32	Idem ao Item 22 – Cota reservada para ME/EPP em 25%	467605	UND	02	R\$ 744,13	R\$ 1.488,26
	VALOR TOTAL - GRUPO 5						R\$ 14.060,31

1.2. O grupo 5 visa atender os termos do art. 48, III da lei Complementar n. 123, de 2006 (atualizada pela LC n. 147/2014), a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de um ano contados do dia da vigência do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.7. JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.8. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (6580926), anexo deste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.3. Caberá a empresa contratada o cumprimento, no que for cabível, da IN/SLTI nº 01/2010, conforme art. 5º, a qual dispõe sobre critério de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato entre o Censipam e a contratada, em remessa única, os equipamentos deverão ser entregues, conforme especificação e quantitativos nos seguintes endereços e ocorrerão de segunda a sexta-feira em horário comercial (das 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas):

GRUPO	LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
01	Centro de Coordenação Geral Brasília	Setor Policial, Área 5, quadra 3, bloco K Brasília - DF CEP: 70610-200	(61) 3214-0200
02	Centro Regional de Porto Velho	Avenida Lauro Sodré, 6500, Aeroporto Porto Velho - RO CEP: 76803-260	(69) 3217-6202
03	Centro Regional de Manaus	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã Manaus - AM CEP: 69041 - 010	(92) 3303-6200
04	Centro Regional de Belém	Avenida Júlio Cesar, 7060, Val-de-Cans Belém - PA CEP: 66617-420	(91) 3366-2202

4.2. Os materiais serão **recebidos provisoriamente** no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os materiais serão recebidos **definitivamente** no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O Objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos

federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------	--

11. DO REAJUSTE

- 11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis, contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 12.1.1. Considerando que o objeto da pretendida aquisição trata-se do fornecimento exclusivamente material de consumo, não acarreta risco de prejuízo ao patrimônio pública.

13. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 13.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 13.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 13.3. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 13.4. A garantia abrange a troca dos materiais pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 13.5. Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos adquiridos.
- 13.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos materiais que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 13.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 13.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia, bem como para a execução dos serviços, será de responsabilidade da Contratada.
- 13.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. Cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos.

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 220.597,95** (duzentos e vinte mil quinhentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos).

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

17.1. Em atenção ao documento da referência, informo que esta Coordenação apresenta a Dotação Orçamentária para Aquisição de materiais de insumo para Aeronave Remotamente Pilotada - ARP, para o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, no Centro de Coordenação Geral em Brasília e nos Centro Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, conforme a seguir:

- a) Órgão/Gestão: 110511/0001;
- b) Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- c) Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam;
- d) Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;
- e) Plano Orçamentário (PO): 0003 – Monitoramento ambiental e de ilícitos e Desenvolvimento Sustentável;
- f) Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168624;
- g) Natureza da Despesa:

GRUPO	NATUREZA DA DESPESAS
GRUPO 1 - BRASÍLIA/DF	33.90.30.26 - Suprimento de Aviação.
GRUPO 2 - PORTO VELHO/RO	
GRUPO 3 - MANAUS/AM	
GRUPO 4 - BELÉM/PA	
GRUPO 5 - BELÉM/PA	

- h) Código do Sistema PTA/2023: 171/23 – Baterias, acessórios e bolsa térmica para baterias de drones.

- 18. ELEMENTO CONSTITUTIVO
- 18.1. APÊNDICE I - MODELO DE PROPOSTA;
- 18.3. APÊNDICE II - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;
- 18.5. APÊNDICE III - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;
- 18.7. APÊNDICE IV - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA;
- 18.8. APÊNDICE V - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES;
- 18.10. APÊNDICE VI - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE;
- 18.13. APÊNDICE VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

Porto Velho, na data de assinatura

ELABORAÇÃO:

DOMINGOS SARGES JUNIOR
Integrante Requisitante e Administrativo
PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 5348, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

VITORINHA SOUZA DE OURO
Integrante Técnica
PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 5348, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

AUTORIZAÇÃO:

CAÊ AIRES MOURA LACERDA
Gerente do Centro Regional de Porto Velho

RENATA BITAR TIVERON

Diretora Técnica

APROVAÇÃO:

Portaria nº 3.627 DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD , de 1º de julho de 2022

EDUARDO SHIGERU MITANI

Ordenador de Despesas

Portaria nº 3.571 DIGER/CENSIPAM/SG-MD , de 29 de junho de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras

Atualização: Julho/2021

APÊNDICE I

MODELO DE PROPOSTA

À

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__

DATA: ____/____/202__

HORÁRIO: ____ h ____ min.

Proposta que faz a empresa para a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de materiais de insumo para Aeronave Remotamente Pilotada - ARP, para o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, do Centro de Coordenação Geral em Brasília e dos Centro Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, conforme condições, nas condições e especificações, contidas no Termo de Referência, do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/202__, conforme tabela abaixo:

Identificação			
RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:		UF:	
TELEFONE:		CEP:	
EMAIL:			

Grupo	Item	Código SIASG	Descrição Completa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Outras Informações Importantes

Deverão ser anexadas a esta Proposta: as planilhas de composição de custo e formação de preços do posto de trabalho envolvido; as planilhas de preços unitários; memória de cálculo detalhada dos encargos que fundamentam os valores constantes da sua proposta e GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) do licitante.

Declaramos que atenderemos a todos os dispositivos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/202__.

Dados da Empresa:

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Fac-símile:

Dados bancários

Local e data,de de 202____.

Assinatura e carimbo
(Representante Legal da Empresa)

APÊNDICE II

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

INTRODUÇÃO
O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente à Contratada que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.
Referência: Inciso XXI, Art. 2º, e alínea “a”, inciso II, art. 33, da IN SGD/ME Nº 1/2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...			

TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “a”, da IN SGD/ME nº 01/2019, atualizada pela IN SGD/ME nº 31/2021, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

4 – ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>
Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>
Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

APÊNDICE III

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos e aos critérios de aceitação.

Referência: Alínea “f”, inciso II, e alínea “d”, inciso III, do art. 33, da IN SGD/ME Nº 1/2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ:	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

Por este instrumento atestamos, para fins de cumprimento do disposto na alínea “f”, inciso II, e alínea “d”, inciso III, do art. 33, da IN SGD/ME Nº 1/2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela **CONTRATADA** e atendem às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Termo de Referência do Contrato acima indicado.

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURA	
FISCAL TÉCNICO	FISCAL REQUISITANTE
<div><Nome do Fiscal Técnico> Matrícula: xxxxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</div>	<div><Nome do Fiscal Requisitante> Matrícula: xxxxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</div>

6 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

25/01/2024, 09:37SEI/MD - 6780508 - TI - Termo de Referência/Projeto Básico TR-PB

<div>GESTOR DO CONTRATO</div> <div>Nos termos da alínea “e”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 01/2019, atualizada pela IN SGD/ME nº 31/2021, AUTORIZA-SE a CONTRATADA a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.</div> <div><Nome do Gestor do Contrato> Matrícula: xxxxxxxx</div> <div><Local>, <dia> de <mês> de <ano></div>
--

7 – CIÊNCIA
<div>PREPOSTO</div> <div><Nome do Preposto do Contrato> Matrícula: xxxxxxxx</div> <div><Local>, <dia> de <mês> de <ano></div>

APÊNDICE IV

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA

<div>INTRODUÇÃO</div> <div>O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.</div> <div>Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 1/2019.</div>
--

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

<div>1 – OBJETO</div> <div>Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.</div>
<div>2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES</div>

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

<div>CONTRATADA</div> <div><div></div><div><Nome> <Qualificação></div></div>	<div>CONTRATANTE</div> <div><div></div><div><Nome> Matricula: xxxxxxxx</div></div>
<div>TESTEMUNHAS</div> <div><div></div><div><Nome> <Qualificação></div></div>	<div></div> <div><div></div><div><Nome> <Qualificação></div></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

APÊNDICE V

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

A empresa.....CNPJ/MF sob o nº, situada (Endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal/Preposto, o(a) Sr.(a), portador(a) da carteira de identidade nº e do CPF nº, declara, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o CENSIPAM.

Local, de de 2023

Assinatura do declarante:.....

Nome do declarante:.....

Número da identidade do declarante:

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento

APÊNDICE VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa:CNPJ/MF sob o nº situada (Endereço completo), cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34.

Local, de de 2023

Assinatura do declarante:.....

Nome do declarante:.....

Número da identidade do declarante:

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento

APÊNDICE VII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 44/2022 - EM ANEXO (ID 6580926)



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sarges Junior, Assessor(a)**, em 14/12/2023, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Vitorinha Souza de Ouro, Assessor(a)**, em 14/12/2023, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Caê Aires Moura Lacerda, Gerente do Centro Regional**, em 14/12/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Bitar Tiveron, Diretor(a)**, em 14/12/2023, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 18/12/2023, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6780508** e o código CRC **22F079C5**.